



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

### Acordo ortográfico: uma política para a construção de limites para uma língua des-limite

Por: Ana Maria de Fátima Leme Tarini<sup>1</sup>

ana.tarini@ifpr.edu.br

&

Igor Vitorino da Silva<sup>2</sup>

igor.silva@ifpr.edu.br

#### Resumo

As idas e vindas do Acordo Ortográfico Brasileiro precisam ser discutidas amplamente não somente entre linguistas e estudiosos da área, mas também com representantes docentes da língua. Muitas vezes, os docentes se perguntam se é possível escrever bem e falar bem, e o que seria exatamente isso. Bem como, se questionam se é possível que um novo Acordo Ortográfico venha facilitar a aprendizagem de uma língua tão repleta de regras e exceções como a língua portuguesa. Diante das indagações, este trabalho objetiva abordar, de forma descritiva, a história dos acordos ortográficos na tentativa de compreender os embates que se travam quando se propõe acordar uma língua com mais seis países, observando, por meio da análise de discurso, quais os discursos que permeiam este processo de constituição e formulação do Acordo, até a solicitação de adiamento e implantação, e os interesses de diferentes setores nesta mudança. Para tanto, serão apresentadas as novas regras, destacando o que mais tem gerado dificuldade para os brasileiros.

**Palavras-chave:** Língua, Política, Linguística, Ortografia.

#### Resumo

*La alveno de Brazila Ortografia Interkonsento devas esti diskutata ne nur inter lingvistoj kaj fakuloj de la regiono, sed ankaŭ kun instruistoj de la lingvo. Ofte, instruistoj demandas, Ĉu eblas skribi bone kaj paroli bone, kaj kio precize tio estus. Krome, ili pridemandas Ĉu eble nova ortografia interkonsento faciligas la lernadon de lingvo, kiu estas plena de reguloj kaj esceptoj, kiel la portugala lingvo. Antaŭ la enketoj, Ĉi tiu artikolo celas priskribi la historion de ortografiaj interkonsentoj en provo kompreni la konfliktojn, kiuj okazas, kiam oni proponas konsenti*

<sup>1</sup> É doutoranda em Letras: linguagem e sociedade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, é Mestre em Letras: linguagem e sociedade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, é Especialista em Educação a Distância com habilitação em tecnologias educacionais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR, é Especialista em Literatura Brasileira pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO e Graduada em Letras: Português-Inglês pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. É servidora pública federal, docente EBBT de Letras: Português-Inglês no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR, lotada na cidade de Pinhais/ PR. É Coordenadora do Projeto de Pesquisa Núcleo de Ensino, pesquisa e extensão em Direitos Humanos do campus Pinhais, do Núcleo de pesquisa e estudos sociolinguísticos, dialetológicos e discursivos e do Projeto de Pesquisa Efeitos de sentido dos discursos de violência contra as mulheres. É Coordenadora do Projeto de Extensão Português instrumental: ensino de gramática aplicado à comunicação visual. É revisora dos periódicos “Línguas & Letras” – UNIOESTE e “Web-Revista Sociodialeto”. É autora de capítulos dos seguintes livros “Cadernos de Linguística: pesquisa em movimento texto e discurso – caminhos para a análise em Linguística” (2016), “A inscrição do gênero, raça/ etnia em prática discursivas e formação docente” (2015), “História: traços de cultura e memórias” (2010) e “Formação de professores de línguas: investigações e intervenções” (2009).

<sup>2</sup> É Especialista em Segurança Pública pela Universidade Vila Velha – UVV e é Graduado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. É servidor público federal, docente EBBT de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR, lotado na cidade de Pinhais/ PR. Atua na Linha de Pesquisa de História urbana. É Coordenador do Projeto de Pesquisa Nova Rosa da Penha e as invasões urbanas na região da cidade de Vitória – ES nos anos 1980. É Coordenador do Projeto de Extensão Historiadores do futuro: a história mora ao lado. É membro do Corpo Editorial do periódico “Rumos da História: uma perspectiva interdisciplinar”. E é autor de artigos científicos na mídia especializada nacional.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

*lingvon kun ses aliaj landoj, observante tra diskursa analizo, kiu diskutas Kiu trapasas Ĉi tiun procezon de konstitucio kaj formulado de la Interkonsento, Ĝis la peto pri prokrasto kaj efektivigo, kaj la interesoj de malsamaj sektoroj en Ĉi tiu Ŝanĝo. Por tio, la novaj reguloj estos prezentitaj, elstarante kio generis la plej malfacilaĵon por brazilanoj.*

**Ŝosilvortoj:** Lingvo, Politiko, Lingvistiko, Ortografio.

### Abstract

*The comings and goings of the Brazilian Speller Agreement must be discussed widely not only among linguists and scholars in the field, but also with representatives of the language teachers. Often, teachers wonder if you can write well and speak well, and it would be just that. Also, they wonder whether it is possible that a new Orthographic Agreement will facilitate the learning of a language so full of rules and exceptions as the Portuguese language. Faced with questions, this study aims to address, in a descriptive way, the history of orthographic agreements in an attempt to understand the conflicts that embitter when it proposes to agree a language with six countries, observing, through discourse analysis, which discourses that permeate the process of constitution and formulation of the Agreement until the request for postponement and deployment, and the interests of different sectors in this change. Therefore, the new rules will be presented, highlighting what has generated more difficult for Brazilians.*

**Key-words:** Language, Politics, Linguistic, Orthography.

### Considerações iniciais

*Espontaneamente, aprendemos a falar nossa língua cotidiana, falando. Mas há uma coisa que parece segura: que desde que exista um sistema de escrita, para utilizá-lo preciso aprendê-lo de modo especial. (AUROUX, 1992, p. 28)*

A Retórica clássica pressupunha uma teoria da disposição do discurso em sua estrutura compondo uma organização teórica que favorecesse a persuasão. Um bom discurso teria que convencer a plateia. Pensando nisso, vem à mente as redações de vestibulares e, atualmente, as do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Como organizar discursos em espaços delimitados, ou melhor, limitados, com regras gramaticais e ortográficas que não se aprecia, não se entende, não se explica e muito menos, não se apropria, visto que há mais exceções que regras (regulares), fixas. “Escrever bem”, “falar bem”, são atividades possíveis? Eu me questiono. Algumas vezes, o que vemos é uma verborragia insana, discursos inflamados em uma língua cheia de pedantismos.

Às vezes cabe ao estudante driblar as regras ortográficas (até porque não as compreende), escrever sobre receitas, enfim “encher linguiça”, ou seria linguiça? Estou fazendo uso de sarcasmo, certo humor ácido, o que me parece ser apropriado para a situação em que nos encontramos. O Acordo Ortográfico entraria em rigor em dezembro de 2012, mas houve uma solicitação de adiamento, isso nos conduz a anedotas, parecem não ser ações muito sérias. Basta lembrar que as discussões a respeito deste acordo iniciaram, precisamente nos anos 80 do século XX, e ainda não se chegou ao último capítulo. Faz-se necessário lembrar também que na década de 80 não usávamos computadores com acesso à internet nas escolas brasileiras, no entanto de lá para cá muitas informações foram atualizadas, e graças à expansão tecnológica e a própria dinâmica no uso linguístico, o vocabulário da língua portuguesa adquiriu mais verbetes, ampliando seu léxico. Como decorrência, a influência da língua inglesa continua em franca expansão.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Diante dessas considerações iniciais, destaca-se que o objetivo deste trabalho é justamente abordar de forma descritiva a história dos acordos ortográficos na tentativa de compreender os embates que se travam quando se propõe acordar uma língua com mais seis países<sup>3</sup>, observando, por meio da análise de discurso, quais os discursos que permeiam este processo de constituição e formulação do Acordo até a solicitação de adiamento e os interesses de diferentes setores nesta mudança.

É interessante destacar que há vários setores envolvidos nesta discussão, mas apenas o educacional terá que lidar no dia a dia com a incompreensão do o que e por que mudou (ou vai mudar) na escrita da língua portuguesa brasileira. Mesmo entendendo que a escola não é o único lugar em que nós temos contato com a língua padrão, sabemos que é a única a ser responsabilizada pelo “fracasso” na escrita.

### **Historizando a língua nacional e os acordos ortográficos brasileiros**

"Datada deste porto seguro davosa jlha da vera cruz oje sexta feira primeiro de mayo de 1500 [...]" (trecho da Carta de Descobrimento do Brasil). Escrita no século XVI, a Carta de Pero Vaz de Caminha demonstra o quão distante está o português brasileiro atual daquele praticado pelos nossos colonizadores. A professora Elis Cardoso<sup>4</sup> acredita que se nos deparássemos com esta escrita hoje (e não oje) reprováramos o escrivão mor da esquadra portuguesa. Isto porque a língua é dinâmica, viva, reflete as transformações sociais, todavia, os acordos ortográficos feitos por meio de leis, decretos, e/ou instituições reguladoras, mexem com sua grafia de forma a estagná-la. Assim, nestes quinhentos anos a língua passou por diversas modificações, além da ampliação lexical, acentos, sinais, contamos ainda com a criação e supressão de letras mudas.

Para nós brasileiros esta história se inicia num período em que Portugal ficou conhecido pelas grandes navegações, no século XV e XVI, através dos movimentos colonialistas e de propagação do catolicismo, quando se espalhou pelo mundo tanto o domínio da coroa portuguesa quanto a língua portuguesa. O português era imposto às línguas autóctones como língua oficial ou modificava-se dando origem aos dialetos crioulos. Foi assim que a língua chegou à África, Ásia, Oceania e América (no Brasil com a “descoberta”, em 1500). O Português é língua oficial em oito países de quatro continentes: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste.

Neste processo de colonização a língua foi transportada para lugares em que habitavam diferentes culturas e línguas. No Brasil, um novo espaço, em um novo tempo, a língua portuguesa enquanto língua nacional, conforme Orlandi & Guimarães (2001, p. 22-23), precisou de quatro momentos para sua implantação: a) período de colonização (1532) até a expulsão dos Holandeses (1654); b) de 1654 a 1808, data da chegada da família real e mais 15 mil portugueses no Brasil, na Cidade do Rio de Janeiro; c) de 1808,

---

3. Timor-Leste não participou dos debates como as demais nações, pois durante este período vivia sobre o domínio da Indonésia. Somente em 2002, com a nova constituição é que estabeleceram a língua portuguesa como língua oficial.

4. Artigo disponível em [http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao04/04\\_005.php](http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao04/04_005.php)



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

momento em que Dom João VI fundou a Biblioteca Nacional e criou a imprensa no país até 1826 (quatro anos depois da Proclamação da República); e d) a partir de 1826, quando se propôs a primeira vez que se escrevesse diplomas de médicos em linguagem portuguesa, e como consequência, no ano seguinte, criou-se uma lei em que se obrigava os professores a ensinar a ler e a escrever conforme a gramática da *língua nacional*<sup>5</sup>.

Em decorrência desta atitude, a língua passa a ter um significado de nacionalidade e ao mesmo tempo de pertencimento a uma história, que não é negada. No entanto, ela precisava ser estabelecida de maneira que os falantes moradores seguissem as regras, que houvesse uma unificação da escrita. Além disso, a ideia de “língua nacional está ligada aqui ao processo de gramatização brasileira do português que é posto em curso a partir da segunda metade do século XIX. Desde então o Brasil tem seus próprios instrumentos linguísticos de gramatização, diferentes dos de Portugal” (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 24).

Posteriormente, no final do século XIX, estabelecida a língua portuguesa como língua nacional, percebe-se que a gramática da língua no Brasil está distante da gramática da língua portuguesa de Portugal. Muito se deve às influências do processo de colonização que trouxe a língua para o além mar, mas principalmente pela formação estrangeira da elite que pensava a língua em outras bases filosóficas e científicas, isto é, resulta do tempo e do espaço diferentes de sua origem. Isto, aliado ao sentimento de nacionalismo exacerbado, muito presente neste período histórico (como vemos nas produções literárias brasileiras), dão origem às gramáticas e aos primeiros dicionários produzidos no Brasil, estes somente no século XX.

Em consequência deste distanciamento - ao longo destes quinhentos e treze anos de língua portuguesa brasileira – desfrutamos algumas mudanças, formulações e reformulações ortográficas, visando atualizar a língua à realidade de uso, mas essencialmente, buscando fixar uma identidade nacional, porém em nenhum momento houve pretensão de apagamento da nossa origem, conforme podemos ver pelas tentativas de adequação da escrita em: Formulário Ortográfico de 1911; Formulário Ortográfico de 1943; Acordo Ortográfico de 1945 – Brasil; Nomenclatura Gramatical Brasileira em 1959; Nomenclatura Gramatical Portuguesa em 1967; Acordo Ortográfico de 1990 a 2009 (em discussão) – deveria estar em vigor a partir de 31 de dezembro de 2012.

A primeira mudança oficial da escrita em língua portuguesa no Brasil ocorreu em 1911. Este, denominado Formulário Ortográfico, era um plano de regularização e simplificação da escrita portuguesa para os brasileiros. Nele estabeleceram inúmeras regras de uso<sup>6</sup>: letras *k*, *w*, *y* (permitido para derivados de outras línguas somente, do contrário deveriam usar *q*, *u*, *i*, para a

---

5. Conforme Orlandi & Guimarães (2001, p. 23), foi assim denominado o primeiro momento em que se trata da gramática de uma língua considerada nacional, mas não uma língua brasileira ou língua portuguesa.

6. Ver em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php>



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

substituição das respectivas letras); abecedário (23 letras); letra *h* em posição medial; letra *h* em posição inicial; letra *h* em posição final; letra *h* noutros grupos consonânticos; consoantes duplas; supressão de consoantes mudas; conservação de consoantes mudas; emprego de *c* e *s*; grupo inicial *SC*; emprego de *ch* ou *x*; escrita de ditongos orais; escrita de ditongos nasais; grafia das vogais nasais finais; *e* inicial átono com valor de *i*; *s* antes de consoante surda e final; *e* átono antes de consoante palatal; *e* fechado antes de consoante palatal; *o* átono com valor de *u*; diferença entre *ô* e *ou*; acentuação gráfica; emprego do sinal gráfico til (~); acentuação de palavras terminadas em *i*, *u*, vogal nasal ou ditongo, seguidos ou não de *s*; nomes terminados em *em*, *ens*, e formas verbais em *am*, *em*; acentuação das palavras esdrúxulas; acentuação esdrúxula para a diferenciação entre vocábulos com a mesma forma gráfica e com a mesma sílaba predominante; acentuação das palavras graves; acento gráfico para distinção de homógrafos; as formas verbais *dêem*, *lêem*, *vêem*, *crêem*; acentuação de sequências: vogal + *i*, vogal + *u*; os ditongos *éi*, *ói*, *eu*; hífen (usos); outros empregos do hífen; acentuação de vocábulos compostos; apóstrofo; pronomes complementos enclíticos; contracção de pronomes com as preposições *a*, *de*, *em*, *por*; divisão silábica; divisão nos prefixos *des-*, *dis-* consoantes iguais – divisão; divisão de palavras compostas; prefixo *ex -*; grupos consonânticos inseparáveis; vogais consecutivas inseparáveis; *u* depois de *q* ou *g*.

Se observar com atenção, quase todas as regras permanecem ainda no português atual. Exceto as que estão em processo de mudança com o novo acordo, como é o caso dos acentos das formas verbais *dêem*, *lêem*, *vêem*, *crêem*; acentuação dos ditongos *éi*, *ói*, *eu*; hífen (usos); supressão do trema e acréscimo das letras *k,w,y*. algumas das alterações que foram estabelecidas no começo do século estão sendo revistas no final (a partir de 1990).

Este último acordo em vigor desde 01/01/2009 (período em que poderia coexistir a norma anterior e a atual), foi implantado por meio do Decreto 6.583, assinado em 29 de setembro de 2008 e estabelecia vinte e sete bases de alterações à ortografia vigente<sup>7</sup>: Base I: do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados; Base II: do *h* inicial e final; Base III: da homofonia de certos grafemas consonânticos; Base IV: das sequências consonânticas; Base V: das vogais átonas; Base VI: das vogais nasais; Base VII: dos ditongos; Base VIII: da acentuação gráfica das palavras oxítonas; Base IX: da acentuação gráfica das palavras paroxítonas; Base X: da acentuação das vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas; Base XI: da acentuação gráfica das palavras proparoxítonas; Base XII: do emprego do acento grave; Base XIII: da supressão dos acentos em palavras derivadas; Base XIV: do trema; Base XV: do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares; Base XVI: do hífen nas formações por prefixação, recomposição e

7. Língua Portuguesa: Reforma Ortográfica – texto integral. Acordo em vigor desde 01/01/2009- Decreto nº 6.583.

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

sufixação; Base XVII: do hífen na ênclise, na tmese e com o verbo haver; Base XVIII: do apóstrofo; Base XIX: das minúsculas e maiúsculas; Base XX: da divisão silábica; Base XXI: das assinaturas e firmas.

O Decreto é o resultado de um documento assinado em 1990 que teve o apoio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e trazia como objetivo unificar as regras do português escrito em todos os países que têm a língua portuguesa como idioma oficial, atingindo tanto seu léxico particular quanto as aquisições de outras nações de língua portuguesa.

As regras de implantação mudaram, todavia, as regras ortográficas continuam as mesmas que foram estabelecidas nesta época. Em 1990, quando foi assinado, a previsão era de que o Acordo entraria em vigor em 1994, mas dependia da ratificação de todos os países. Como isso não aconteceu, a regra foi alterada em 2004 para que o documento entrasse em vigor com a ratificação de três dos oito países lusófonos. O Brasil foi o primeiro a ratificar o protocolo que alterou a regra.

O governo de cada país deveria ratificar o Acordo assinado e definir seus prazos para que ele entrasse em vigor internamente. Segundo a CPLP, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe já ratificaram o acordo. Timor Leste, que em 1990 ainda não era uma nação independente, também já aderiu. Angola é o único país-membro da CPLP que ainda não ratificou o Acordo, porém a implantação efetiva não aconteceu em nenhum destes países. O mais adiantado, neste sentido, era o Brasil, que ainda no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou cronograma para atualizações necessárias ao Acordo.

Não obstante, a política linguística se mostra como um reflexo da necessidade que o Brasil tem de se unir aos outros países devido aos objetivos comerciais, entretanto Portugal, por exemplo, não está preocupado com esta unificação. Talvez muito mais em manter suas bases etimológicas de aproximação com o latim, as quais entendem ser de uma origem erudita que favorece a beleza histórica do falar e escrever português.

#### **Objetivos do adiamento da vigência do acordo ortográfico**

Depois de quatro anos fazendo adaptações, atualizações, reimpressões de livros e documentos, descobrimos que os brasileiros terão mais três anos para adaptar-se às novas normas da língua portuguesa. O adiamento foi estabelecido por meio do



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Decreto 7875/2012, assinado pela presidente Dilma Rousseff e publicado no Diário Oficial da União no dia 28 de dezembro de 2012, três dias antes de expirar o prazo final para as adaptações. A implantação definitiva do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, firmado em 1990 por todos os países de expressão portuguesa, deveria ocorrer no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2013, segundo decreto presidencial nº 6.583, de 2008. “O novo decreto publicado nesta sexta-feira ampliou o período de transição até 31 de dezembro de 2015. Até lá, coexistirão a norma ortográfica atualmente em vigor e a nova norma estabelecida por meio do acordo.”<sup>8</sup> Foi o que aconteceu até janeiro desse ano.

Os meses que antecederam o adiamento foram marcados por ações dos Senadores da República objetivando ampliar o tempo de transição (para seis anos como a senadora Ana Amélia e o senador Cyro Miranda sugeriram em seu projeto), mas por fim em novembro, os senadores Cyro Miranda e Lídice da Mata levaram à ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, sua preocupação com o curto período para a implantação definitiva das novas normas ortográficas.

Apesar desta questão do tempo, ressalta-se que a adequação dos livros didáticos havia iniciado ainda em 2009, quando o acordo entrou em vigor e começou o período de transição. Mas no entendimento destes senadores, o prazo de adaptação foi bastante curto, visto que além dos livros didáticos, literários, etc, os documentos e publicações oficiais deverão circular adaptados às novas regras. Além disso, a partir da adoção definitiva das normas estabelecidas pelo acordo, os concursos públicos e as provas escolares deverão exigir o uso correto da nova ortografia. Mesmo que haja inúmeras dúvidas tanto para educadores quanto para estudantes.

Observa-se que para a senadora Ana Amélia, conforme o mesmo site de notícias do Senado, “O assunto demanda maior tempo de maturação, bem como integração mais ampla com os demais países envolvidos”, haja vista a importância de um tema como este, um acordo internacional, traçado por sete países signatários. Ressalta-se ainda “que todos os signatários do acordo adotaram períodos de transição mais longos. Em Portugal, por exemplo, o período de convivência entre as duas normas iria até 2015. Em Cabo Verde, o prazo só acabará em 2019”<sup>9</sup>. Assim, o Brasil mesmo tendo cumprido seu prazo (inclusive por meio do trabalho do Ministério da Educação (MEC) na atualização de todo material), esteve se alinhando aos cronogramas de outros países, visto que o objetivo era justamente se unir (unir a língua) aos demais.

É interessante ressaltar que tanto no momento de confecção do Acordo, como neste momento não se prima por uma ampla discussão no tange às alterações, envolvendo linguistas, docentes da área, ou simplesmente falantes da língua, apenas se decreta

---

8. Conforme o site: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/12/28/adiamento-da-vigencia-do-acordo-ortografico-teve-apoio-de-senadores>

9. Notícias do site: <http://senado.iusbrasil.com.br/noticias/100266955/adiamento-da-vigencia-do-acordo-ortografico-teve-apoio-de-senadores>

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

adiado conforme sugestão deste ou daquele senador. Mas por outro lado, não há como negar que haja uma inter-relação entre a língua, a Ciência e Política. Conforme Orlandi & Guimarães (2001, p. 35-36), “As políticas gerais de um país manifestam esta inter-relação cuja forma mais visível é a formulação específica das Políticas Linguísticas: invasões, as exclusões, as hierarquias.” Basta ver que todas essas ações definem que “língua falamos, com que estatuto ou quando se determina este ou aquele modo de acesso a esta língua – pelo ensino, pela produção dos instrumentos linguísticos, pela leitura das publicações, pelos rituais de linguagem, pela legitimidade dos acordos [...]” (op. cit), e integram o campo da política linguística.

A ortografia é nosso foco de estudo neste trabalho, mas para entendermos os acordos ortográficos se fez necessária a compreensão de que este importante instrumento linguístico nos conduz ao acesso e domínio da língua. A questão é se as modificações que o acordo traz não dificultam mais ainda este acesso, especialmente no que se referem às camadas mais pobres de nossa sociedade, que possuem baixa escolaridade e passam por processos de letramento precários, pois estamos sujeitos a língua e a história, produzidas sob determinadas condições.

Nesta perspectiva, a língua poderia não representar um entrave no acesso ao conhecimento erudito, ou a leitura e compreensão de documentos oficiais. Mas, da forma como as regras estão estabelecidas haverá ainda mais dificuldade em aprender as regras ortográficas do português do Brasil. Ernani Pimentel, um dos escritores mais prestigiados do país, professor de linguística, e um dos maiores críticos do acordo quer aproveitar o adiamento para melhorar o conteúdo da nova ortografia. Segundo ele “é preciso simplificar as novas regras e ‘ajustar problemas que não foram percebidos’ pelas pessoas responsáveis pela elaboração e assinatura do documento” 10. Ou seja, há problemas com a escrita de algumas palavras e o momento deveria ter sido aproveitado para solucioná-los.

Nesta mesma entrevista, Pimentel afirma que o maior problema do Acordo é o fato de ter sido pensado no final dos anos 70, do século passado, época em que a educação era baseada numa didática de memorização, em que o aluno decorava regras e exceções. Segundo ele, esta pedagogia é antiga, atualmente os alunos estão acostumados a racionar e descobrir o que faz sentido, qual é a lógica da estrutura das palavras.

Embora exista a pressão de linguistas, chamados de revisionistas, para se examinar novamente o Acordo, o objetivo do adiamento não é rever o documento, mas sim dar mais tempo para os falantes terem familiaridade com ele. Para Callegari, do MEC,

---

10. Conforme: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/12/governo-deve-adiar-inicio-do-acordo-ortografico-para-dezembro-de-2015.html>





IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

“as propostas de simplificação não estão contempladas na discussão do grupo interministerial. ‘O que poderia ser considerado e sempre pode ser considerado são propostas que visam simplificar, mas não seria adiar, seria outro acordo’”<sup>11</sup>.

**Diante desta situação Pimentel afirma ainda que não se pode ter** um acordo de ortografia sem considerar o que os professores pensam a respeito porque são eles que não podem ensinar regras tão ilógicas. Ernani se tornou, em 2012, membro da Academia de Letras de Brasília, e declarou ao assumir a presidência do Centro de Estudos Linguísticos da Língua Portuguesa, que isto ecoava “como oportunidade e estímulo de arregaçar as mangas e trabalhar objetivamente para o resultado prático de simplificar, baratear e aprofundar a Educação, a começar pelo ensino da Língua Portuguesa, portal de entrada para todos os ramos de conhecimento”<sup>12</sup>.

Ernani Pimentel e Cipro Neto, que são integrantes do movimento “Acordar melhor”, destacaram as ressalvas que complicam a compreensão da ortografia proposta pelo Acordo. São problemas, principalmente, com o uso de hífens, como nestes exemplos: água-de-coco com hífen e suco de uva sem; Nova Guiné sem hífen e Timor-Leste com; proto-herdeiro com h e hífen, mas coerdeiro sem; duas grafias para uma mesma palavra bi-hebdomadário e biebdomadário; paraquedas, paraquedista, paratudo sem hífen e para-raios, para-sol com; para-raios e para-sol com hífen, mas contrarregra e contrassenso com rr e SS sem hífen; há duas grafias corretas para pré-embrião e preembrião, mas uma só para pré-embriário; água-de-colônia com hífen e água de cheiro sem; pé de botina, pé de sapo, pé de chinelo sem hífen e pé-de-meia com; uma grafia com hífen para pré-esclerose, mas duas para seu adjetivo pré-esclerótico e preesclerótico; uma grafia para preeleger, mas duas em preeleito, pré-eleito, pré-eleição, preeleição.<sup>13</sup>

Ainda conforme a Revista de Língua Portuguesa, outro fator pode ser preponderante na decisão de não rever o Acordo, o alto investimento, pois

“a Câmara Brasileira do Livro estima que as editoras se adaptaram a um custo de 40 milhões ao ano, entre 2009 e 2012, considerando só os gastos para revisão e reimpressão. O MEC [...] só com obras complementares para os alunos do ensino fundamental, o montante foi de R\$ 591 milhões (em 2008 para a compra de 103 milhões de livros adotados em 2010) e R\$ 893 milhões (em 2009, para 118 milhões de livros adotados em 2011). Para o ensino médio de 2012, mais de R\$ 720 milhões foram investido em 2010 na compra de 80 milhões de livros para as escolas<sup>14</sup>.

11. Mesmo site de notícia.

12. Notícias do site: <http://www.vestcon.com.br/noticia/ernani-pimentel-toma-posse-academia-letras-brasilia.aspx>

13. Conforme artigo da *Revista Língua Portuguesa*. Ano 8, nº 87, 2013, p. 15

14. Revista da Língua Portuguesa (op. Cit)



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Estes números reforçam o fato de que não serão revistas às dualidades ou as incoerências ortográficas. Como os gastos com alterações, revisões e reimpressões do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foram vultosos, nenhum dos políticos toca no assunto revisão, apenas adiamento da implantação definitiva. Além destes investimentos públicos, não se deve esquecer os gastos das grandes editoras que visam tão somente um bom retorno financeiro.

### **Língua brasileira: acordo ortográfico para uma língua imaginária**

Ao analisarmos a palavra Acordo, busca-se compreender porque não se pensou em reforma da língua, em resolver, ou eliminar problemas que dificultam o aprendizado e o amplo domínio lexical. Diferente de Fernão de Oliveira ao afirmar que a língua portuguesa “tem de seu a perfeição da arte que outras nações aquirem com muyto trabalho” (apud SPINA, 1987, p. 15) cremos que a língua portuguesa possui muitas exceções, e isso é o que produz as dificuldades de domínio já citadas.

Buscando analisar o termo *Acordo* por seu funcionamento semântico, nota-se que este vai se configurando a medida que os representantes dos países, ao longo dos vinte anos, vão dialogando, o que causa uma impressão de aproximação entre as nações para dar nova feição à língua. Mas Acordo não é Reforma. O objetivo não é a transformação da língua enquanto objeto, visando a melhoria da escrita ou da fala. Não se busca beneficiar os falantes da língua Portuguesa. Também não é uma política linguística internacional que visa divulgação e difusão maciça desta língua de forma global. A palavra Acordo designa aliança, pacto, negócio, entre outros. Enquanto Reforma lembra reestruturação, mas também conserto, arranjo, reparo.

O Acordo determina um negócio, enquanto Reforma determina um reparo. Não é a língua que precisa ser reparada, é um negócio que precisa ser pactuado. Desde o princípio este era o objetivo de Acordar a ortografia e, em nome deste negócio, não se revê as incoerências das regras, as quais preocupam os que clamam por revisão.

Nossa *língua brasileira* (definição de Orlandi) é fluida, mas pensamos que se limita por regras para uso e regras de construção ortográfica e fonética, no entanto Orlandi (2009, p. 18) afirma que a língua é “como um imenso rio, como um Xingu, que os olhos não abrangem, não seguram, não limitam. Fluida.” As regras também não limitam os significados, determinados pela história, política e ideologia. A língua está em movimento contínuo, o que no livro *Língua Brasileira*, Orlandi denomina como des-limite. E o “sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam” (ORLANDI, 2005, p. 20). A língua brasileira é afetado pelas condições materiais de sua constituição e reformulações deslocada de sua origem.



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Fixamos regras que nos dão a impressão, simbolicamente, de possibilidade de domínio amplo de uma língua, mas esta é uma língua imaginária, gramatizada, sistematizada, estável, modulada por regras específicas. Neste sentido, diferentemente da língua fluida que circula sem limites, “a língua imaginária é a língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos [...]” (ORLANDI, 2009, p. 18)

Por um lado a busca deste domínio conduz o sujeito ao desejo de modificações, retificações e reformulações que, em seu imaginário, podem resolver problemas no que tangem ao saber e ao controle do que escreve e fala, além de ser a linha divisória que distingue os brasileiros que falam corretamente dos outros que não; destaca determinados brasileiros entre brasileiros.

Por outro lado, a língua é parte de uma nação, representa a nação, sua história. E a constituição da língua está vinculada às relações de poder que esta sobrepõe à outra, ou outras, seja por uso da força, da repressão, da expansão cultural de um grupo, ou até da própria repetição constante em documentos oficiais e textos de divulgação de ideias, a língua vai se sedimentando a tal ponto que os falantes são levados a aceitá-la e usá-la para uma “boa comunicação”. Cita-se como exemplo o trabalho desenvolvido por Marquês de Pombal, no decorrer da história colonial do Brasil. Segundo Mariani (2001, p.102) “as referências a Pombal estão vinculadas a política da intervenção da metrópole na proteção das fronteiras, na expansão do comércio, na transformação dos aldeamentos de índios catequizados em pequenas vilas e na expulsão dos jesuítas”. Embora os estudos não abordem as práticas de imposição da língua portuguesa designadas pelo Marquês.

No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, num processo de descolonização e constituição de uma identidade nacional, há um sentimento de reconhecimento do que aqui se falava e o que estas palavras diziam. Estas eram denominadas *brasileirismos*. “Os *brasileirismos* eram considerados como ‘empréstimos’ ou ‘influências’ das línguas com as quais o português teve contato no Brasil, a saber, sobretudo, as línguas indígenas e africanas. Formou-se assim um domínio lexicográfico particular.” (NUNES, 2001, p. 71)

Considera-se que, embora haja um distanciamento geográfico, econômico, e até político, das nações falantes de língua portuguesa, estas ainda tentam manter suas origens etimológicas. Mesmo quando os interesses políticos estejam à frente dos interesses linguísticos.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

### Considerações finais

Nas considerações iniciais pretendia-se abordar a história dos acordos ortográficos, reverberando sobre que discursos permeiam este processo de constituição e formulação do Acordo, bem como a solicitação do adiamento ocorrida no final de 2012. Entretanto, no decorrer da produção escrita, buscando informações a respeito de acordos anteriores, percebi que havia muito que dizer, muito a pesquisar, diante de diferentes interesses que vão pelo menos em dois sentidos opostos. De um lado os falantes da língua portuguesa que poderiam ter regras ortográficas mais lógicas e práticas facilitando a aquisição e domínio da língua e de outro a Política linguística do país que pretende fazer uso da língua portuguesa, não para uma aproximação linguística com Portugal e os países africanos, mas para garantir uma proximidade comercial, principalmente, com os países em desenvolvimento (falantes de português).

Nesta perspectiva, ressalta-se que desde a criação da CPLP, em 2009, o idioma tem sido mais valorizado e prestigiado como se houvesse unificação de todos os países lusófonos (como se fossem um bloco). Tanto que os negócios feitos “em língua portuguesa cresceram 534% nos cinco anos anteriores. O fluxo de comércio entre o Brasil e os sete países lusófonos pulou de US\$ 1 bilhão em 1996 (quando a Comunidade de Países de Língua Portuguesa foi formada) para US\$ 6,5 bilhões em 2008”<sup>15</sup>. Desta forma, o aspecto econômico ocupa posição de destaque na hierarquia dos interesses sobre a delimitação de regras em uma língua, continua se sobrepondo aos demais nas idas e vindas dos acordos ortográficos brasileiros.

### Referências

- AUROUX, S. (1992) **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp.
- CAMBRAIA, D. “Ernani Pimentel toma posse na Academia de Letras de Brasília” *In* Vestcon Editora Ltda. Disponível em: <http://www.vestcon.com.br/noticia/ernani-pimentel-toma-posse-academia-letras-brasilia.aspx>. Acesso em: 25 de jun de 2013.
- CARDOSO, E. A. “Um panorama da evolução do registro escrito da língua portuguesa” *In* **Revista Linguagem**. Disponível em: [http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao04/04\\_005.php](http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao04/04_005.php). Acesso em: 20 de mai de 2013.
- DECRETO nº 6.583. **Língua Portuguesa: Reforma Ortográfica** – texto integral, Acordo em vigor desde 01/01/2009. São Paulo, SP: Editora Escala, 2009.
- GLOBO. GOVERNO VAI ADIAR INÍCIO DO ACORDO ORTOGRÁFICO PARA 1º DE JANEIRO DE 2016. DISPONÍVEL EM: <HTTP://G1.GLOBO.COM/EDUCACAO/NOTICIA/2012/12/GOVERNO-DEVE-ADIAR-INICIO-DO-ACORDO-ORTOGRAFICO-PARA-DEZEMBRO-DE-2015.HTML>. ACESSO EM: 01 DE JUN. DE 2013.
- GUERREIRO, C.; PEREIRA JUNIOR, L. C. “O valor do idioma” *In* **Revista Língua**. Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos/72/o-valor-do-idioma-249210-1.asp>. Acesso em: 08 de jul de 2013.
- INSTITUTO DE LINGUÍSTICA TEÓRICA E COMPUTACIONAL. Portal da Língua Portuguesa. **Acordo Ortográfico**. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php>. Acesso em: 01 de jul. de 2013.

15. Informações <http://revistalingua.uol.com.br/textos/72/o-valor-do-idioma-249210-1.asp>.



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

MAGALHÃES, M. BRANDÃO, G. **Adiamento da vigência do acordo ortográfico teve apoio de senadores.** Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/12/28/adiamento-da-vigencia-do-acordo-ortografico-teve-apoio-de-senadores>. Acesso em: 20 de jun. de 2013.

MARIANI, B. "A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das Academias Literárias e da política do Marquês de Pombal" *In* Orlandi, E. P. (org.) **História das Idéias Lingüísticas: Construção do saber metalingüístico e constituição da língua Nacional.** Campinas: Pontes/Unemat Editora, 2001.

NUNES, J. H. "Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da Lexicografia no Brasil" *In*: Orlandi, E. P. (org.) **História das Idéias Lingüísticas: Construção do saber metalingüístico e constituição da língua Nacional.** Campinas: Pontes/Unemat Editora, 2001.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. J. "Formação de um espaço de produção linguística: A gramática no Brasil" *In* Orlandi, E. P. (org.) **História das Idéias Lingüísticas: Construção do saber metalingüístico e constituição da língua Nacional.** Campinas: Pontes/Unemat Editora, 2001.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos.** São Paulo: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Língua Brasileira e outras histórias: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil.** Campinas, SP: Editora RG, 2009.

REVISTA LÍNGUA PORTUGUESA. **O adiamento do acordo.** Ano 8, nº 87, 2013, p. 15.

SPINA, S. **História da Língua Portuguesa: III Segunda metade do século XVI e século XVII.** São Paulo, SP: Editora Ática, Série Fundamentos, 1987.